

CEDI - P. I. B.
DATA 06/10/88
COD E4D #0061

PASTA 12

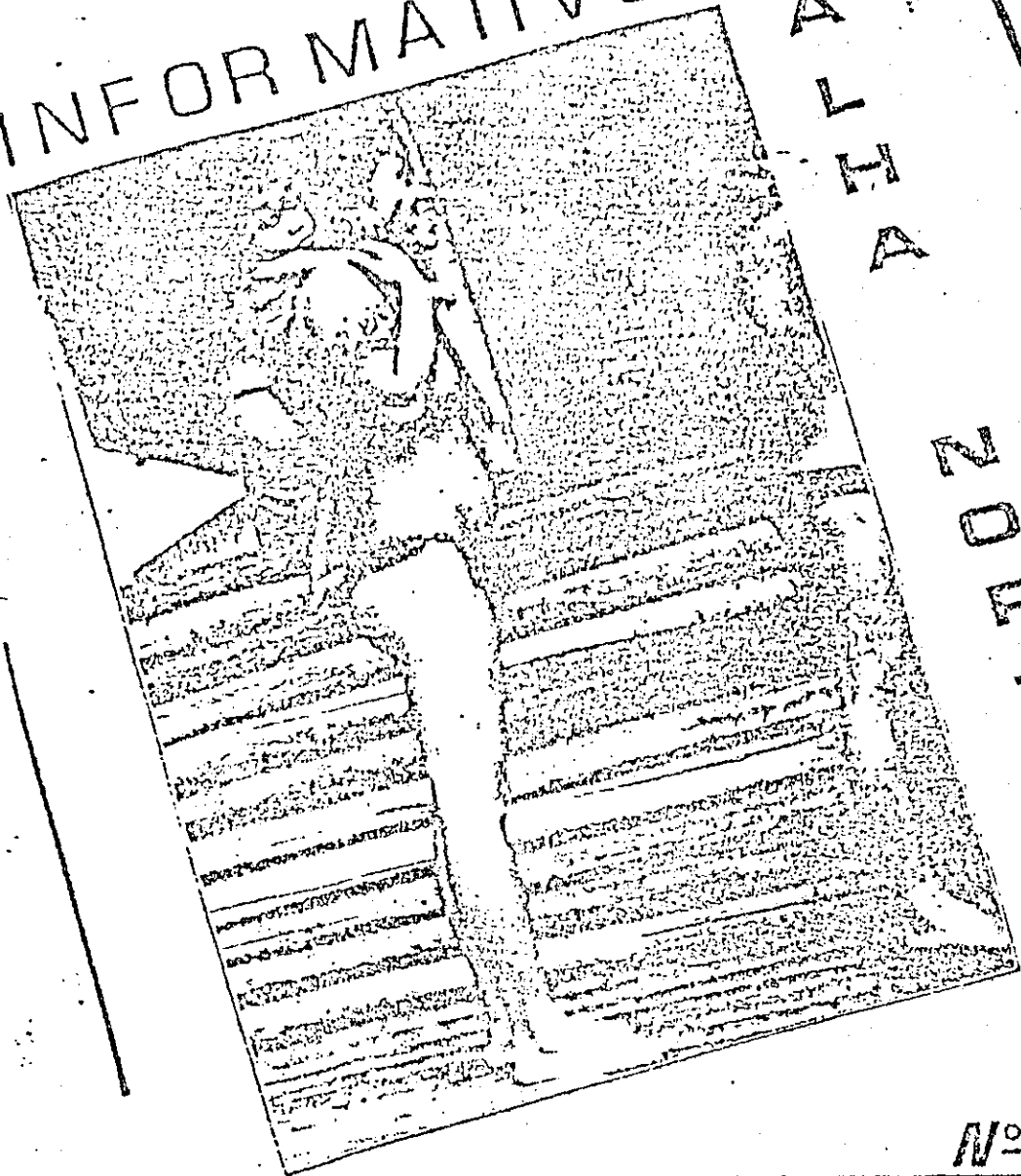
C I M I

INFORMATIVO - CALHA NORTE

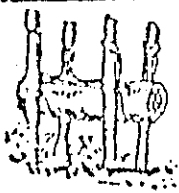
INFORMATIVO

CAIXA

NORTE



Nº 1



CIMI

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO

REGIONAL NORTE 1

Rua Portugal, 54 - Centro
Caixa Postal - 984
69.011 - Manaus - AM

INTRODUÇÃO

O CIMI Norte I, através desse Boletim Informativo pretende divulgar sistematicamente as informações a respeito do Projeto Calha Norte, alertando para as consequências que o mesmo traz para os Povos da Amazônia e para o meio ambiente. A implantação do projeto até o momento tem se restringido a construção e/ou ampliação dos postos militares. Mesmo assim, o impacto sobre os Povos Indígenas já se fez sentir. Em Yauaretê, no Rio Negro, com a construção do campo de pouso um grupo de índios foi removido e pelo mesmo motivo em Surucucu índios Yanomami tiveram que queimar suas malocas sendo alojados precariamente em barracões da FUNAI, contraindo doenças infecto-contagiosas no contato indiscriminado com os brancos.

Diante da reação cada vez maior da opinião pública nacional e internacional, cresceu por parte do Governo o empenho para justificar o projeto, que pelo seu poder de escândalo havia sido deixado no sigilo. Diversos Ministros de Estado e o próprio Presidente da República foram levados à região para darem o seu apoio ao Calha Norte. Por outro lado, também não faltaram as tentativas para confundir a opinião pública e desacreditar a voz da Igreja Católica. O Ministro da Aeronáutica esteve particularmente empenhado nisso afirmando que as empresas de mineração eram o maior impedimento a implantação do projeto quando elas mesmas reconhecem que vão ser as maiores beneficiárias, e que o CIMI estaria manipulando falsos missionários, estranhamente sempre nas áreas de garimpo.

É fundamental que continuem as manifestações de repúdio ao Projeto Calha Norte pela forma autoritária como foi concebido e pelo impacto que haverá sobre os Povos da Amazônia e sobre o meio ambiente.

VERDADES E MENTIRAS - CALHA NORTE

I - DA ELABORAÇÃO E OBJETIVOS

Já sabemos que o Projeto Calha Norte é um plano elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional, com base na doutrina de segurança e desenvolvimento do país, do qual participam o Ministério de Relações Exteriores-Itamaraty, Ministérios Militares, Secretaria de Planejamento da Presidência da República-SEPLAM, Ministério do Interior, através da FUNAI.

Que objetiva: aumentar a presença militar na faixa de fronteira; vivificar essa região, assentando colonos; construir estradas e barragens; estimular a iniciativa privada e o desenvolvimento econômico ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas; elaborar uma nova política indigenista para a região; demarcar as fronteiras nacionais.

II - DAS INSTALAÇÕES MILITARES

O projeto prevê a construção, ampliação e melhorias de instalações militares (quarteis, aeródromos, etc.) em:

Tabatinga	Surucucus
Ipiranga	Ericó
Vila Bittencourt	Boa Vista
São Gabriel da Cachoeira	Paracaima (B.V.8)
Yauareti	Normândia
Auaris	Bonfim
Querari	Tiriós
São Joaquim	Oiapoque
Cucuí	Macapá
Maturacá	

Em redor das instalações militares serão construídas vilas militares com:

- . prédios para órgãos federais (exº Política Federal, Receita Federal, Funai)
- . Postos da Cobal
- . ambulatórios, escolas
- . outros

Com verbas do Projeto serão construídas obras nas Base e Estação Naval de Belém e do Rio Negro, um navio patrulha, compra e recuperação de embarcações.

III - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Com recursos do projeto serão promovidas reuniões e conferências com os países vizinhos de fronteira - Guiana, Suriname, Colômbia e Venezuela. O Governo pretende empregar recursos em pesquisas em conjunto com Colômbia e Venezuela, e em assessoria técnica a Guiana e Suriname.

Ainda no campo das relações exteriores serão feitas inspeções de limites de fronteira pelo governo brasileiro, em separado ou em conjunto com os países vizinhos.

IV - DO ORÇAMENTO

Os recursos aplicados desde 1986 à 1990, tempo de duração do projeto, em OTN - Obrigações do Tesouro Nacional - alcançam as seguintes cifras:

Ministério da Marinha	- 2.304.510
Ministério do Exército	- 4.990.060
Ministério do Interior/ FUNAI	- 2.043.388

05

Ministério da Aeronáutica	-	1.134.435
Ministério das Relações Exteriores	-	85.760

Considerando o valor da OTN em junho de 1987 = Cz\$ 251,00, os recursos em cruzados pelo Calha Norte serão de:

Marinha	Cz\$	378.552.010,00
Exército	Cz\$	1.253.507.319,00
Funai	Cz\$	512.777.838,00
Aeronáutica	Cz\$	284.743.185,00
Itamaraty	Cz\$	21.525.760,00
TOTAL	Cz\$	2.349.086.858,00

V - DOS RECURSOS DESTINADOS A FUNAI

As verbas destinadas a Funai correspondem a 21% dos valores globais do Projeto Calha Norte. Esses recursos serão aplicados na construção e recuperação de escolas, ambulatórios, postos indígenas, aquisição de barcos e motores, carros, remédios, contratação de pessoal, regularização fundiária e projetos comunitários.

Com regularização fundiária serão gastos recursos na ordem de Cz\$ 36.730.000,00 (trinta e seis milhões setecentos e trinta mil cruzados), e com projetos comunitários para os índios, o montante de Cz\$ 30.781.841,00 (trinta milhões, setecentos e oitenta e um mil, oitocentos e quarenta e um cruzados).

Observa-se que os recursos aplicados diretamente em benefícios às comunidades indígenas representam

apenas 2,5% do total de verbas do Calha Norte: 1,5% deverão ser aplicados na regularização fundiária e 1% nos projetos comunitários.

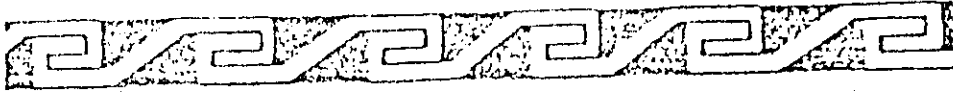
Levando em conta que o próprio Exército cobrava em fevereiro deste ano (87) aproximadamente Cz\$ 30.000,00 para a demarcação de 1 km de área indígena, com os recursos do Calha Norte disponíveis para a regularização fundiária apenas 1.225 km de terras indígenas poderiam ser demarcadas, ou seja, o equivalente a pouco mais do que a área indígena Waimiri/Atroari.

Conseqüentemente todos os demais grupos indígenas desta região como os BANIWA, TUKANO, DESSANO, MAKU, TIKUNA, YANDAMI, MAKUXI, WAPIXANA, TIRIÓ, WAIAPI e tantos outros não poderiam ser atendidos no que diz respeito a demarcação de suas terras.

Entretanto, nenhuma área indígena será demarcada, porque a regularização fundiária é um processo que tem início com identificação, delimitação, demarcação física das áreas indígenas, registro dessas áreas em cartório de local da situação do imóvel e no Serviço de Patrimônio da União. Processo no qual absorve muitos recursos, sobretudo com grupos de trabalhos que delimitam as áreas indígenas, com diárias, alimentação, transportes e tantas outras despesas.

Desta forma os recursos para a regularização fundiária são irrisórios, comprovam apenas que o Calha Norte não demarcará as áreas indígenas na faixa de fronteira. Na verdade os índios receberão 1% de migalhas, que não evitarão os

prejuízos que terão, ou até mesmo, o extermínio étnico e cultural, que o Calha Norte irá lhes presentear. Um verdadeiro presente de grego.



O INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICOS - IBASE - ao analisar os atos praticados pelo Governo Federal com a implantação do Projeto Calha Norte, levanta 8 questões de extrema gravidade:

- 1 - Criam problemas de segurança nacional, na medida em que se elege uma "área prioritária e preferencial", uma "faixa que se confronta com cinco países vizinhos ao longo de 6.500 km de extensão", na qual se concentram recursos militares sem qualquer consulta ao Congresso Nacional, criando um problema diplomático e militar onde ele não existe e sem necessidade.
- 2 - Levantam questões que deveriam ser discutidas no âmbito do Congresso Nacional, nas Comissões de Relações Exteriores, como é o caso da "influência ideológica marxista" que tornaria vulnerável a soberania nacional nas fronteiras do Suriname e da Guiana (auto do Ministro Bayma Denys, de 19.06.85). Lançam mão de argumentos típicos da Doutrina de Segurança Nacional definida no contexto da chamada guerra fria, quando se identifica um perigo "marxista" na fronteira com a

Guiana. Ressuscitam velhos fantasmas que acreditávamos estarem enterrados com o fim da ditadura militar, e que agora voltam, acobertados pela pretensão da "confidencialidade" expressa no plano.

- 3 - Constituem graves ameaças contra nações indígenas que afetam não só a nação Yanomami, como outros povos. Na área de abrangência do Projeto existem em torno de 50 povos com aproximadamente 60 mil pessoas. A alegação de que o Projeto "Calha Norte" seria uma forma de prevenir as supostas articulações de um "Estado Yanomami" é, no mínimo, irresponsável. Basta lembrar que a carta que pedia a criação do Parque Yanomami, em 1979, tinha entre os signatários, brasileiros ilustres como Afonso Arinos de Melo e Franco, Raymundo Faoro, Alceu de Amoroso Lima, José Mindlin, Dalmo Dallari, Gilberto Freire e Seabra Fagundes, que não podem ser acusados de conspirarem contra a "segurança nacional". Na verdade, a suspeita contida no projeto beneficia interesses mineiradores que desejam o livre acesso às riquezas do subsolo Yanomami.
- 4 - Representam clara violação aos preceitos da Constituição ao propor a "definição de uma política indigenista apropriada à região", vale dizer, uma política indigenista diversa daquela que está definida em documentos legais, utilizando-se de uma mera portaria para tal. Que Política Indigenista "apropriada à região" será Esta? Te-

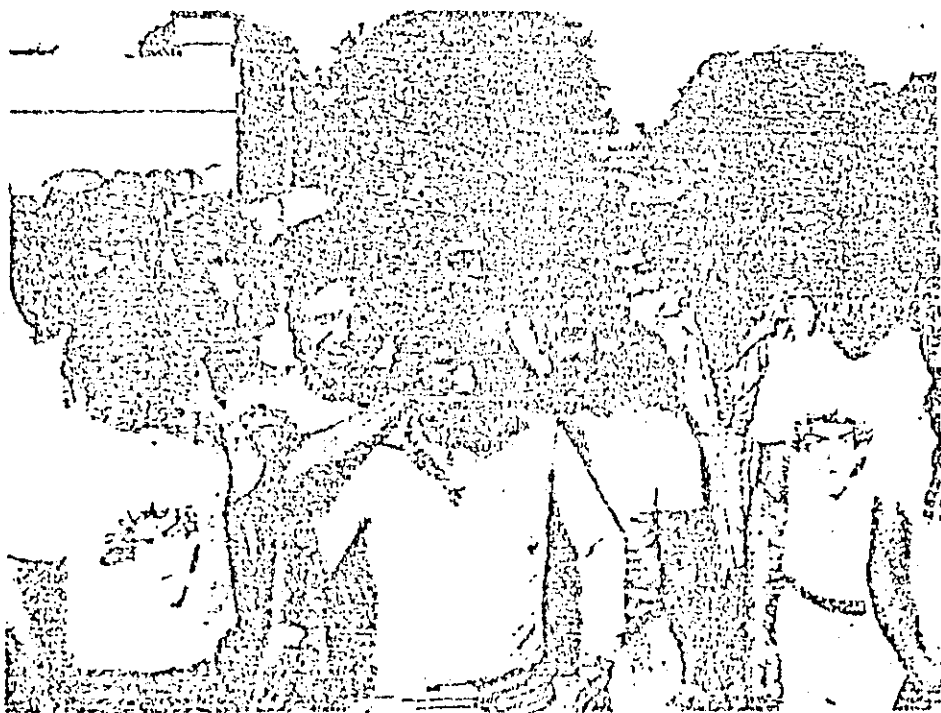
menos que seja aquela que consiga, o quanto antes, afastar o "obstáculo" aos grandes investimentos e empreendimentos, que é o índio. E, sem dúvida, por isso que não faltaram aplausos ao Projeto, principalmente por parte das grandes empresas exploradoras da riqueza mineral na região. Elton Rehnelt, da Mineradora Goldamazon, não teve escrúpulos em aplaudir o Projeto "Cajha Norte" como "o melhor Projeto que se fez nos últimos 25 anos na Amazônia" (Cf. Boletim Conjuntura, nº 12 - jan 1987). Os processos de delimitação e demarcação das áreas indígenas da região concentram-se paralisados desde maio de 1985. Muitas destas áreas apresentam ocorrências de conflitos, que tendem a agravar-se caso uma política de ocupação seja implementada sem a adequada demarcação e proteção das terras indígenas. Esta deve ser a prioridade de uma política indigenista para a região. O Projeto enfatiza apenas a necessidade de ampliar a ação da FUNAI junto às populações indígenas. Apenas 12% dos recursos previstos para a FUNAI estão voltados para a regulamentação das terras indígenas. Cerca de 80% dos recursos estão destinados à ampliação da infraestrutura operacional, como por exemplo, a contratação de pessoal e a construção e/ou ampliação de onze campos de pouso (alguns também para uso militar). Percebe-se claramente que se relega a um plano secundário o que deveria ser fundamental: a demarcação.

3 - Propõem, ao arrepió da lei, programas de desenvolvimento regional, sem prévia consulta ao Congresso, que tem que ser ouvido quando se trata de alocar recursos da União para aplicação em programas de desenvolvimento regional.

- Realizam, sem qualquer controle social ações de intervenção no meio ambiente, de forma direta, criando condições para a "ampliação da infraestrutura viária, a aceleração da produção de energia elétrica, a interiorização de pólos de desenvolvimento e a ampliação de oferta de recursos sociais básicos" - e, com isto podem provocar rupturas do equilíbrio do meio ambiente, precedendo exatamente ao contrário de que se propõe, através da SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente. Não existe, como a lei obriga, qualquer estudo de impacto ambiental sustentando o Projeto "Calha Norte".

Selecam o Estado Brasileiro de fato a serviço da ação de empresas privadas na área mineral -- na sua maioria controladas externamente - e na área da exploração agropecuária, na medida em que se preconiza o desenvolvimento "apoiado na iniciativa privada" (pp. 34 e 35 da EM 018/85 - reforçada na carta do Ministro Bayma Denys de 17.06.85) o que contraria o Art. 40, item IV, da Constituição que inclui como bens da União as terras ocupadas por indígenas, portanto não passíveis de alienação a particulares.

6 - Concluem que a atuação do Governo Federal deve ser feita através "de um planejamento abrangente, de médio e longo prazo, em conjunto com a iniciativa privada", sem levar em conta organismos regionais ou estaduais e, principalmente, sem levar em conta os habitantes da região, assim como todas as organizações, que atuam na região (representantes da sociedade civil) ou fora da região (interesses relacionados com a proteção do meio ambiente e com a defesa da Amazônia, entre outros).



Assentado Indígena Nacional - Kuarupá (A.P.)

POSICIONAMENTO DOS INDÍOS

- 150 líderes Tikuna reunidos no mês de dezembro no Paranã do Ribeiro no Município de Benjamin Constant enviaram um abaixo assinado ao Ministério do Interior, ao CSN e a Presidência da República repudiando a implantação do projeto Calha Norte. Uma das reivindicações mais fortes foi o direito da participação nas decisões que lhes dizem respeito. (A CRÍTICA, 14/02/87)

- Na assembleia Geral dos Tuxauas de Koraima nos dias 3,4 e 5 de janeiro/87 os líderes indígenas Macuxi e Watixana também discutiram e se posicionaram a respeito do projeto Calha Norte.

"Não tivemos informação nenhuma deste projeto, e não concordamos com o mesmo, porque vai prejudicar todas as tribos dos povos indígenas do território" ... "É necessário barrar o projeto e pedir informações claras para que entendamos melhor

o que significa tal projeto...

Não concordamos com o projeto e não aceitamos a Colônia Agrícola como forma de demarcação das áreas indígenas. Eles sabem que o projeto é ilegal e nulo e muito mais será nulo sem a nossa participação". (Relatório da Assembleia Geral dos Tuxauas - Sumaré - 03,04 e 05/01/87).

- Na II Assembleia Geral dos Índios do Rio Negro realizada nos dias 28,29 e 30/04/87 em São Gabriel da Cachoeira o Projeto Calha Norte voltou a ser discutido. Embora a Assembleia como um todo não tenha chegado a uma posição a respeito do referido Projeto, seguem aqui algumas das posições das lideranças presentes:

ALFREDO MIGUEL FONTES (Presidente da UCIRT - União das Comunidade Indígenas do Rio Tiquiô)

"É um projeto muito complexo. É um projeto Calha Norte mas de fato ela calhou os nossos projetos ... Tanto é verdade que a demarca

ção de terra ficou difícil. Mas como também para a demarcação de todas as áreas indígenas incluídas na faixa de área do Projeto Calha Norte... Como primeiro projeto nós queremos a demarcação de terra, por que tendo nossa terra demarcada, temos garantias... temos a nossa garantia de usufruto exclusivo dos minérios e de todas as coisas que existem dentro daquela terra. Então isso significa também uma garantia de vida não somente para nós, mas também para nossos filhos, netos, bisnetos e os que virão posteriormente".

ORLANDO - (Secretário da FOIRN - Federação das organizações Indígenas do Rio Negro)

"As consequências da Calha Norte e da política de mineração nas nossas áreas vai mudar esse estilo de vida. Vai mudar nossa economia. Eles vão mudar nossa educação, eles querem que nós sejamos sempre calados, que nós apanhemos, que sejamos

sempre escravos deles, sem produzir para as nossas famílias mas enriquecendo as políticas de mineradoras".

JÚLIO (representante dos Yanomami na Assembléia)

"A Calha Norte ameaça cada vez mais o extermínio das nações indígenas do Alto Rio Negro especialmente a nação YANOMAMI. Nós Yanomami realmente não está totalmente preparado para receber, enfrentar as forças do branco. Porém, pelo aos Srs. junto, vamos se unir, reforçar cada vez mais, lutar pelo nosso direito de nossas terras".

PROF. JUCELINO (representante de S.G.C.)

"Da Calha Norte que todo mundo já tá sabendo que é preciso haver a demarcação das terras dos índios. Isto tá bem claro: se não houver essa demarcação de área não pode haver acordo com Calha Norte... por que só agora aparece tantos projetos de Calha Norte quer dizer. Porque

são agora precisa de apoio e nunca foram nem sequer a gente aqui da terra cumprimentado por eles. Será que são agora depois de descoberto nossas riquezas é que o índio passou a ter vez? Não vamos ser tolos! Por nossos direitos vamos defender e preservar o que é nosso e com isso garantir o futuro de nossos filhos".

JOSE AUGUSTO-(líder de Taracoã)

"Espero eu que o Calha Norte desde que já foi implantado, já tem sido assegurado, ele sendo um projeto do governo federal, ou seja um projeto militar, nós não podemos retirar, expulsar porque nós não temos meios, apenas nós queremos reivindicar nossos direitos em termos de demarcação de nossas áreas... Completo, que as nossas áreas sem ser demarcadas, espero que continuarão sendo infiltradas as demais companhias mineradoras através deste Projeto Calha Norte".

UNI - Ailton Krenak

Segundo a UNI o Projeto Calha Norte proibe a demarcação das terras dos índios numa faixa em torno de 160 km. da fronteira. As Organizações indígenas temem que o projeto signifique a militarização da Amazônia trazendo constrangimento para a tradicional liberdade de ir e vir dos povos indígenas, além de prejudicar a ocupação plena, pelos índios, de suas terras (Folha de S.Paulo-1/11/86)

ÍNDIOS MUNDURUKU-do Pará.

Carta de 2/3/87 enviada ao Presidente da República pelas lideranças Munduruku:

"Aqui solicitamos ajuda, mandamos mensagens e falamos sobre o problema da Calha Norte que foi elaborado em silêncio, sem a participação da política pelo povo... Esse problema é muito grave para nós e para os não índios também é problema. É melhor demarcar todas as áreas indígenas do Brasil, duma vez, porque nós índios fomos nascidos neste chão e ninguém

pode nos tirar de onde nascemos e onde morremos"...

OPINIÕES DIVERSAS

JÂNIO DE FREITAS - (analista político)

"Durante quase todo o regime militar, um setor da alta oficialidade tentou ver aprovado o seu plano de ocupação colonizadora da fronteira norte. Mesmo encampado pelo Conselho de Segurança Nacional, este plano que interessa fundamentalmente a grandes empresas de mineração, ficou nos arquivos do mínimo pudor, por seu potencial de escândalo, pela violência contra as populações indígenas e pelos negócios a elas subjacentes. Sob o nome de "Calha Norte", e a conveniente cobertura de uma presidência civil, foi incorporado ao programa do governo Sarney". (FSP-03/01/87)

D. ERWIN KRAUTLER - (Presidente do CIMI)

"Para os defensores do projeto "Calha Norte", para os investidores e exploradores, os povos que desde tempos imemoriais habitam aquelas plagas não interessam como nunca interessaram. São ignorados ou desrespeitados e sobre eles, para a vergonha do Brasil, paira a ameaça da extinção. O capitalismo, com sua fome insaciável, devora as riquezas da região sem levar em conta os estragos que causa à natureza, ao meio ambiente e ao homem. Mais uma vez se cumprirá a melancólica palavra de um índio que exclamou: "Onde o branco pisa, deixa atrás de si um deserto!" É fácil de se prever que com a execução do projeto "Calha Norte" e dos empreendimentos posteriores, o meio ambiente sofrerá danos irreparáveis. Os recursos naturais serão depredados e as comunidades indígenas desintegradas e encaminhadas à "solução final" o extermínio".

OSMARINO AMÂNCIO RODRIGUES (Secretário do Conselho Nacional dos Seringueiros)

Adverte que vai haver resistên-
cia dos seringueiros à Implan-
tação do Projeto Calha Norte .
Afirma também que resguardar '
150 km de fronteira como área
de Segurança Nacional coloca '
em risco a atividade de extra-
ção de borracha e que a fron-
teira norte do país não está
desocupada. (O Dia -29/01/87 -
Terezina-PI)

ELTON ROBELEI-(representante '
da empresa de mineração '
Goldrazon)

Considera o "Calha Norte" um
projeto maravilhoso, importan-
te para a Segurança Nacional e
para todos que habitam a faixa
de fronteira. Critica as pesso-
as de fora que questionam o
Calha Norte. (Pronunciamento '
na 11ª Assembleia Geral dos In-
dianos do Rio Negro).

RAIMUNDO C. CALISTO-(Prefeito
de S. Gabriel da Cachoeira)

Denuncia que o Poder Executivo,
Legislativo e Judiciário de S.
G.C. não foi consultado a res-
peito do Calha Norte e desta '
forma não teve condições de in-

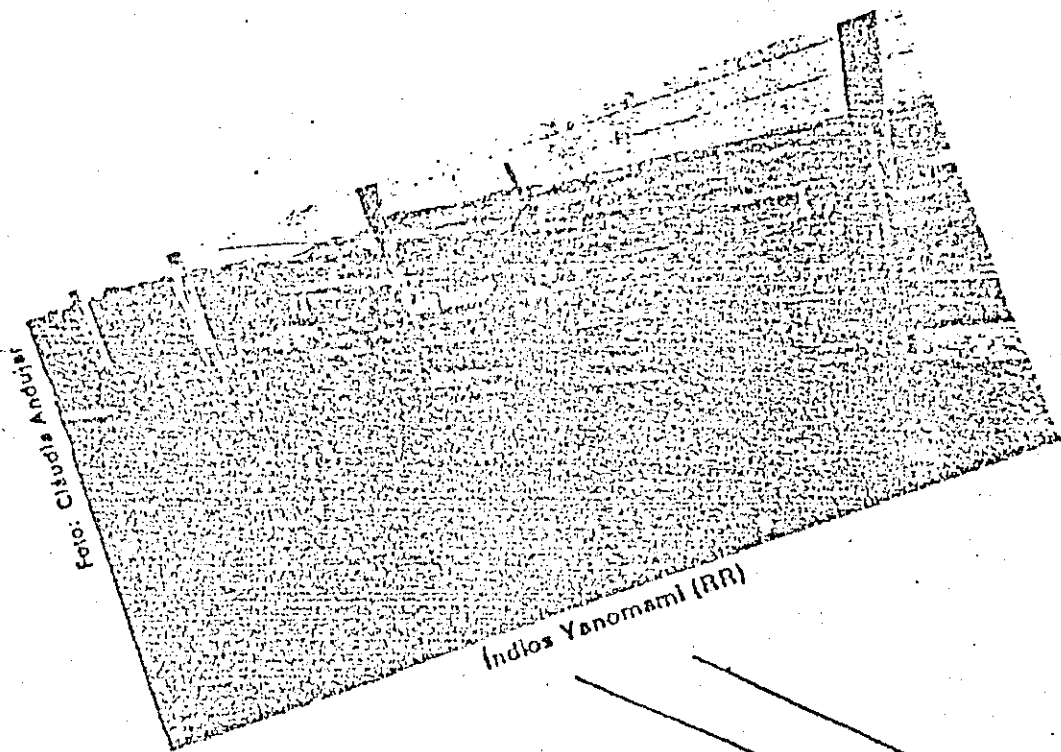
formar os índios a respeito. Pe-
de que o Exército não se apro-
pie das melhores terras das co-
munidades indígenas a exemplo '
do que fez em S.G.C. e que as
autoridades respeitem os direi-
tos dos "caboclos". Afirma que
40% das terras do município ho-
je estão nas mãos do exército .
(Pronunciamento na 2ª Assenblêi-
a Geral dos Povos Indígenas do
Rio Negro)

CORONEL TEIXEIRA- (do C.S.N.)

Afirma que o projeto Calha Nor-
te surgiu dentro da preocupação
do governo Sarney por uma opção
social no sentido de melhorar
a qualidade de vida das popula-
ções desassistidas. Manifesta
preocupação com o vazio demográ-
fico de nossas fronteiras. Reco-
nhece, por outro lado, a exis-
tência de povos indígenas e de
outros brasileiros nesta região
e que os 20 campos de pouso pre-
vistas para serem abertos de al-
guma maneira estão ligados a á-
reas indígenas. (Pronunciamento '
na 2ª Ass. dos Povos Indígenas '
do Rio Negro)

GENERAL HYRAN RIBEIRO ARUT-(Co
mandante do C.M.A.)

"Não há necessidade da Igreja se preocupar com os Índios pela instituição do Projeto Cachina Norte. Para isso existe a FUNAI, que se coloca entre os Índios e nós civilizados. A FUNAI está aí para aculturar os Índios e só em Surucucu é que há Índios não aculturados!"
(A Crítica - 24/02/87)

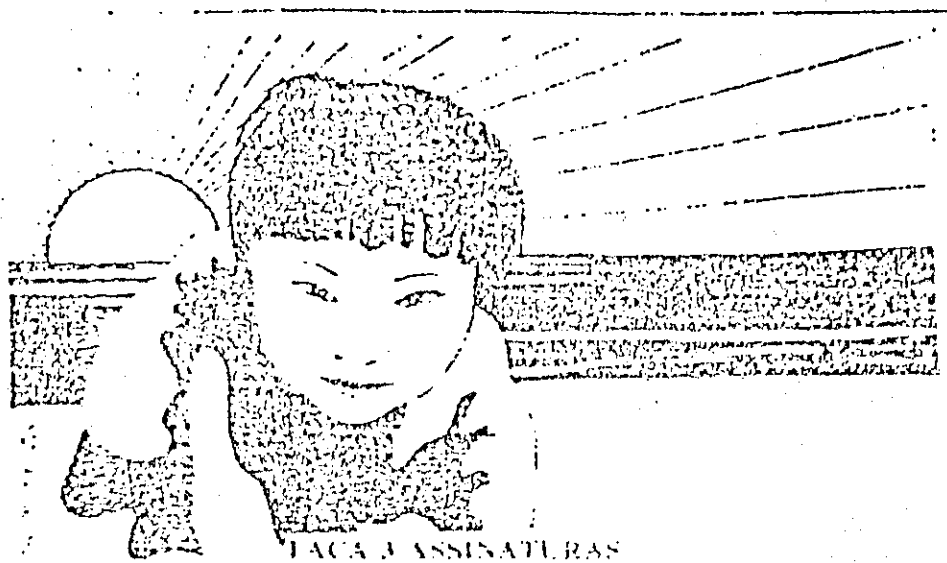


Declaração de princípios

1. As nações e povos indígenas compartilham com toda a humanidade o direito à vida, do mesmo modo que o direito a estar livres de toda opressão, discriminação e agressão
2. Nenhum ESTADO exercerá jurisdição alguma sobre uma nação ou sobre o território destes, a não ser que se faça de total acordo com os desejos livremente expressados do referido povo ou nação.
3. As nações e povos indígenas têm direito a controlar e gozar permanentemente dos territórios ancestrais-históricos. Tudo isto incluindo o direito ao solo e ao subsolo, às águas interiores e litorâneas, aos recursos renováveis e não-renováveis e às economias baseadas nestes recursos.
4. Nenhum ESTADO negará a uma nação, comunidade ou povo indígena que resida dentro de suas fronteiras o direito a participar na vida do ESTADO, qualquer que seja o modo ou o grau em que o povo indígena possa escolher.
5. As nações e povos indígenas têm direito a receber educação e a negociar com os ESTADOS nas suas próprias línguas e de criar suas próprias instituições educativas.
6. Tratados e outros acordos livremente realizados com as nações ou povos indígenas serão reconhecidos e aplicados do mesmo modo e de acordo com as mesmas leis e princípios dos tratados com outros ESTADOS.

Organização das Nações Unidas - ONU
Genebra, julho de 1985





FAÇA A ASSINATURAS
E GANHE UMA OUTRA GRÁTIS

ASSINE O JORNAL

POBANTIM

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

POBANTIM é uma publicação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).
Nasce em setembro-março, junho, julho, novembro. São dez edições por ano
com quatro dias especiais

FAÇA AINDA HOJE SEU PEDIDO

CIMI-POBANTIM

Caixa Postal 11-1159

70.084 - BRASÍLIA - DF

Sua assinatura é uma forma de comprometimento com a luta dos
povos indígenas!